

Superintendência do Pessoal

Despacho n.º 12038/2015

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 72.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), após despacho conjunto n.º 5505-B/2015, de 22 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 397-A/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de maio de 2015, promover por diuturnidade ao posto de segundo-sargento em conformidade com o previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 270.º do mesmo estatuto, os subsargentos da classe de enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, subclasse de enfermeiros e subclasse de técnicos de diagnóstico e terapêutica em regime de Contrato:

8200210, Rita Gomes Morais
8200710, João Miguel Cunha Joaquim
8200310, Mónica Sofia Bizarro Figueira
8200110, Cátia Sofia Esteves Trigo
8200510, Ariana Manuela Martinho Ferreira
8200610, Ana Filipa da Rocha Cunha
8200810, Sílvia Marques Correia

que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 237.º do mencionado estatuto, a contar de 15 de outubro de 2015, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 176.º, e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele estatuto. As promoções produzem efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, ficando colocados na 1.ª posição remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Estes sargentos, uma vez promovidos, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 8200909, segundo-sargento HP RC João Manuel Serrano Delfim.

15 de outubro de 2015. — Por subdelegação do Superintendente do Pessoal, o Diretor de Pessoal, *Jorge Manuel Novo Palma*, Contra-almirante.

209030936

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Despacho n.º 12039/2015

Artigo único

1 — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, conjugado com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio e com o n.º 1 do artigo 183.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 58.º, no n.º 1 do artigo 63.º do mesmo Estatuto e na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 217.º do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, conjugado com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio e em conformidade com o Despacho n.º 5505-B/2015, de 25 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública:

Quadro de Oficiais PILAV

Coronel:

TCOR PILAV 085116-H Paulo Américo Oliveira da Costa — MILREP

2 — Ocupa a vaga em aberto no respetivo Quadro Especial pela promoção ao posto imediato do então COR PILAV 059565-K Sérgio Manuel de Carvalho Ferreira, ocorrida em 17 de setembro de 2015.

3 — Conta a antiguidade desde 17 de setembro de 2015.

4 — Produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*, conforme previsto na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

5 — É integrado na posição 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

15 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *José António de Magalhães Araújo Pinheiro*, General.

209029519

Despacho n.º 12040/2015

Artigo único

1 — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, conjugado com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio e com o n.º 1 do artigo 183.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 58.º, no n.º 1 do artigo 63.º do mesmo Estatuto e na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 217.º do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, conjugado com o artigo 14 do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio e em conformidade com o Despacho n.º 5505-B/2015, de 25 de maio, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública:

Quadro de Oficiais PILAV

Coronel:

TCOR PILAV 086023-K Filipe José Pereira Azinheira — SHAPE-M

2 — Ocupa a vaga em aberto no respetivo Quadro Especial pela promoção ao posto imediato do então BGENG PILAV 059564-A António José de Matos Branco, ocorrida em 17 de setembro de 2015.

3 — Conta a antiguidade desde 17 de setembro de 2015.

4 — Fica colocado na respetiva lista de antiguidades à esquerda do COR PILAV 085116-H Paulo Américo Oliveira da Costa.

5 — Produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*, conforme previsto na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

6 — É integrado na posição 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

15 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *José António de Magalhães Araújo Pinheiro*, general.

209029462

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho n.º 12041/2015

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com última redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal realizado nos termos dos artigos 20.º e 21.º do mesmo diploma e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri nos termos do n.º 6 do artigo do 21.º do supradito Estatuto:

1 — É designada a licenciada Dora Maria Macedo Antunes para, em comissão de serviço e pelo período de três anos, exercer o cargo de Chefe de Divisão de Informática do Centro de Estudos Judiciários, a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 965/2008, de 29 de agosto, conjugado com o n.º 5 do artigo 94.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, com última alteração introduzida pela Lei n.º 45/2013, de 3 de julho;

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a nota relativa ao currículo académico e

profissional da designada é publicado em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 21 de setembro de 2015.

21 de setembro de 2015. — O Diretor do Centro de Estudos Judiciários, *António Pedro Barbas Homem*.

Síntese Curricular

Elementos Biográficos:

Dora Maria Macedo Antunes
Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações Académicas — Licenciada em Informática (1996), ramo de Segurança Criptográfica, pela Universidade Autónoma de Lisboa, com a classificação de 13 valores.

Formação Técnico-Profissional — Formação em áreas específicas da informática, nomeadamente SQL Server, PHP e Javascript.

Experiência Profissional:

No Centro de Estudos Judiciários:

De abril até à presente data — Chefia da Divisão de Informática e Multimédia em regime de substituição.

De 1997 a abril de 2015 — Análise e programação aplicadas ao desenvolvimento de software nas áreas de formação de magistrados, financeira e administrativa; investigação e análise de soluções informáticas orientadas para a área de formação judiciária; articulação com outras entidades, nomeadamente o IGFEJ; integração no grupo de trabalho do concurso de ingresso à formação de magistrados.

De 1997 a 2009 — Coordenação do departamento de informática.

De 1997 a 2004 — Levantamento das necessidades de formação, planeamento e execução de formação na área de informática para auditores de justiça e docentes.

No Instituto Hidrográfico, como programadora e operadora de registo:

De 1981 a 1997 — Programação de software na área de gestão de recursos humanos e financeiros.

209029657

Despacho n.º 12042/2015

Por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, de 15 de setembro de 2015, foi autorizada a renovação da comissão de serviço, a tempo integral pelo período de três anos, a partir de 15 de setembro de 2015 dos docentes no Centro de Estudos Judiciários, nos termos da Lei n.º 2/2008 de 14 de janeiro, os Magistrados abaixo indicados:

Juíza de Direito Maria Gomes Bernardo Perquilhas;
Juiz de Direito Diogo Maria Alarcão Ravarra;
Juíza de Direito Laurinda Vitória Doudinho Guerreiro Gemas;
Juíza de Direito Maria Gabriela Abrantes Leal da Cunha Rodrigues.

13 de outubro de 2015. — O Diretor do Centro de Estudos Judiciários, *António Pedro Barbas Homem*.

209028806

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 12445/2015

Por meu despacho de 9-10-2015 foi alterada a composição do júri do concurso de admissão à prova de acesso à categoria de técnico de justiça principal da carreira dos serviços do Ministério Público do grupo de pessoal oficial de justiça, aberto pelo Aviso n.º 12810/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 222, de 17.11.2014, sendo constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Vítor Manuel Leitão Ribeiro, Inspetor Judicial do Conselho Superior da Magistratura.

Vogais efetivos:

Eva Maria Pacheco Pinto Jorge, diretora de serviços de Administração Judiciária;

Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas, chefe da divisão de Gestão de Recursos Humanos dos Tribunais.

José António Amaral Póvoas, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Manuel Borges Caeiro, formador-coordenador na Divisão de Formação; João Paulo Monteiro Novais, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Jorge Manuel da Silva Ribeiro, formador-coordenador na Divisão de Formação.

Vogais suplentes:

Maria Fernanda Dourado Tomaz, chefe da divisão de Planeamento e Organização;

Pedro José da Cruz Freire, formador-coordenador na Divisão de Planeamento e Organização;

Carménio António Pereira Nabais, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Maria Cristina de Almeida Mendes, técnica superior na Direção de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional;

João Carlos Filipe de Campos, administrador judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre;

Maria Júlia Silva Dóres da Silveira, especialista de informática na Divisão de Planeamento e Organização.

15 de outubro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

209030255

Aviso n.º 12446/2015

Por meu despacho de 9-10-2015 foi alterada a composição do júri do concurso de admissão à prova de acesso à categoria de escrivão de direito da carreira judicial do grupo de pessoal oficial de justiça, aberto pelo Aviso n.º 12811/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 222, de 17.11.2014, sendo constituído pelos seguintes elementos:

Presidente:

Vítor Manuel Leitão Ribeiro, Inspetor Judicial do Conselho Superior da Magistratura.

Vogais efetivos:

Eva Maria Pacheco Pinto Jorge, diretora de serviços de Administração Judiciária;

Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas, chefe da divisão de Gestão de Recursos Humanos dos Tribunais;

José António Amaral Póvoas, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Manuel Borges Caeiro, formador-coordenador na Divisão de Formação;

João Paulo Monteiro Novais, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Jorge Manuel da Silva Ribeiro, formador-coordenador na Divisão de Formação.

Vogais suplentes:

Maria Fernanda Dourado Tomaz, chefe da divisão de Planeamento e Organização;

Pedro José da Cruz Freire, formador-coordenador na Divisão de Planeamento e Organização;

Carménio António Pereira Nabais, formador-coordenador na Divisão de Formação;

Maria Cristina de Almeida Mendes, técnica superior na Direção de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional;

João Carlos Filipe de Campos, administrador judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre;

Maria Júlia Silva Dóres da Silveira, especialista de informática na Divisão de Planeamento e Organização.

15 de outubro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

209030263

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Deliberação n.º 1950/2015

Considerando que o Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, que aprovou a orgânica do Ministério da Justiça, procedeu à extinção, por objeto de fusão, do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.) e do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I. P.), tendo criado o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), que passou a integrar as atribuições dos referidos serviços extintos;

Considerando que o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho, que aprovou o diploma orgânico do IGFEJ, I. P., fixou como critério geral e abstrato de seleção de pessoal necessário às atribuições do IGFEJ, I. P., o desempenho de funções no IGFIJ, I. P. e no ITIJ, I. P.;